

MAPA ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES NA POLÍTICA LOCAL BRASILEIRA

Brasília, julho de 2018.

MAPA ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES NA POLÍTICA LOCAL BRASILEIRA

No primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, realizado em 1992, em Santo Domingo, República Dominicana, nasceu o ***Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha***, lembrado todo 25 de julho e reconhecido pela ONU naquele mesmo ano. No Brasil, desde 2014, comemora-se nessa mesma data o ***Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra***, uma homenagem à líder quilombola que viveu no século 18 e se tornou a rainha do quilombo do Quariterê (MT), ao criar um parlamento local, organizar a produção de armas, a colheita, o plantio de alimentos e chefiar a fabricação de tecidos para serem vendidos¹.

Com o objetivo de fortalecer essa data tão importante e aprofundar a temática da participação das mulheres na política local brasileira, o **Movimento Mulheres Municipalistas (MMM)**, criado pela Confederação Nacional de Municípios em 2017, realizou uma análise detalhada de dados sobre a questão de raça/etnia e de gênero em cargos dos poderes Executivos e Legislativos municipais, em todas as regiões do país.

A participação de mulheres negras na política nacional e subnacional ainda é extremamente reduzida, assim como a de indígenas. Sobre essas mulheres incide uma dupla discriminação, a racista e a sexista. Elas recebem menos que os homens negros, menos que as mulheres brancas e, obviamente, muito menos que os homens brancos, tendo dificuldades intensas na mobilização de espaço, de tempo e de recursos para participação na vida política do país. Com menor acesso também a recursos partidários, elas enfrentam ainda mais dificuldades do que as brancas para se elegerem.

Às mulheres negras geralmente são associadas imagens negativas no que se refere a capacidade intelectual, aparência física ou comportamento. Esses estereótipos afetam significativamente as possibilidades de ocupação de posições políticas e de poder. O fato de serem mulheres e de serem negras as torna uma categoria pouco atraente para os partidos e para o próprio eleitorado, que tendem a associar competência política ao perfil masculino, branco, heterossexual, casado e de boa posição socioeconômica (SEPPIR, 2010).

O histórico de participação de mulheres brasileiras na política, principalmente das negras, não é exemplar e está longe dos patamares mínimos de equidade. O Brasil possui na Lei das Eleições uma regra que determina uma cota mínima (30%) e máxima (70%) de candidaturas por gênero em cada partido. Mesmo assim, não existe nenhuma proposição específica que trata das etnias/raças, abrindo margem para o aprofundamento da desigualdade racial e de gênero prevalente na política.

¹ Fonte: <<https://revistacult.uol.com.br/home/origens-do-dia-da-mulher-negra-latina-e-caribenha/>>.
Acesso em: 23 jul. 2018.

Segundo um panorama geral, incluindo homens e mulheres, a investigação étnico-racial realizada no censo de 2010 do IBGE mostrou que 7,6% da população brasileira se considera preta e 43,1% se considera parda, somando 50,7% do total. Nas eleições municipais de 2016, foram eleitos 63.229 candidatos aos cargos de prefeito(a) e vereador(a). Desse total, 36.858 (58,29%) informaram ser da cor/raça branca, 22.877 (36,18%) pardos, 2.997 (4,73%) pretos e 324 (0,51%) amarelos. Apenas 173 (0,27%) declararam, no pedido de registro de candidatura, ser indígenas. No que se refere apenas ao cargo de prefeito(a), 29% atualmente são pretos e pardos, sendo 92 (1,6%) autodeclarados como pretos e 1.527 (27,4%) como pardos².

Para a obtenção dos números e a localização geográfica de prefeitas e vereadoras no poder segundo etnia/raça, a Confederação Nacional de Municípios realizou o cruzamento das bases de dados dos registros de candidatos e eleitos a prefeitos e vereadores, do Tribunal Superior Eleitoral, referentes às eleições municipais de 2016. Como no registro da candidatura as pessoas autodeclararam a etnia/raça que se identificam, a comparação com a base de eleitos propiciou uma visão detalhada capaz de gerar um mapeamento nacional da presença de mulheres negras, pardas, brancas, amarelas e indígenas em exercício nos poderes Executivo e Legislativo locais, atividade capaz de identificar as desigualdades de gênero e de raça nos espaços de poder.

PREFEITAS NO PODER POR ETNIA/RAÇA

A filtragem de dados referentes a mulheres prefeitas por etnia/raça mostra um quadro muito preocupante para o Brasil. Nas eleições municipais de 2016 foram eleitas 649 prefeitas (11,6% do total de eleitos), em um universo de 5.568 Municípios. Desse total de mulheres eleitas para o principal cargo do poder local, 28,3% se autodeclararam como negras (pretas e pardas), 70,7% como brancas, 0,1% como indígena e 0,7% como amarelas³. Em relação ao total de eleitos (homens e mulheres), esse percentual de prefeitas negras no poder cai para 3,29%.

Em números absolutos, das 649 prefeitas eleitas, 10 são pretas, 174 são pardas, 5 são amarelas, 459 são brancas e apenas 1 é indígena. A única prefeita indígena do país foi eleita no Município de Marcação, na Paraíba, com 51,2% dos votos.

Tabela 1 – Total e percentual de prefeitas no poder, por etnia/raça

<i>Etnia/Raça</i>	<i>% População (censo 2010)</i>	<i>Número Prefeitas</i>	<i>% do total de eleitos</i>
Amarela	1,1	5	0,08%

² Fonte: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antecedentes/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

³ No Brasil, a raça amarela refere-se a pessoas que tenham origens em países do Extremo Oriente (como japoneses, coreanos e chineses). No censo de 2010, realizado pelo IBGE, 2,1 milhões de brasileiros – ou 1,1% da população brasileira – declarou ser de cor amarela. Ver: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade.html>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

Branca	47,7	459	8,24%
Indígena	0,4	1	0,01%
Parda	43,1	174	3,12%
Preta	7,6	10	0,17%
Total	100	649	11,62%

Fontes: População (IBGE, 2010); Prefeitas eleitas (TSE, 2016). Elaboração CNM.



Fonte: Dados do TSE (eleições 2016). Elaboração CNM.

PREFEITAS NO PODER POR ETNIA/RAÇA E REGIÃO/ESTADO DO PAÍS

Como o Brasil é um país de dimensões continentais, existem grandes discrepâncias entre as etnias/raças das eleitas nas diferentes regiões. Segundo os dados abaixo, a região Norte é a que possui a maior predominância de prefeitas negras (pretas e pardas) no poder (46,2%). Em seguida vêm a região Nordeste (38,2%), a região Centro-Oeste (33,3%), a região Sudeste (13,5%) e a região Sul (5,7%).

Em um olhar mais afinado, por Estado, constata-se que a Bahia é a Unidade da Federação com o maior número absoluto de mulheres pardas (23) no poder, mas não possui nenhuma prefeita que tenha se autodeclarado como preta. A seguir vem o Maranhão, com 2 prefeitas pretas e 20 pardas; e Minas Gerais, com 2 pretas e 15 pardas.

Tabela 2 – Número e percentual de prefeitas no poder por etnia/raça e por região

<u>Etnia/Raça</u>	<u>NORTE</u>	<u>NORDESTE</u>	<u>CENTRO</u>	<u>SUL</u>	<u>SUDESTE</u>
-------------------	--------------	-----------------	---------------	------------	----------------

OESTE

Amarela	2 (2,8%)	1 (0,3%)	-	-	2 (1,3%)
Branca	35 (50,7%)	180 (62,0%)	38 (66,6%)	81 (94,1%)	125 (85%)
Indígena	-	1 (0,3%)	-	-	-
Parda	30 (43,4%)	105 (36,2%)	17 (29,8%)	4 (4,6%)	18 (12,2%)
Preta	2 (2,89%)	3 (1,0%)	2 (3,5%)	1 (1,1%)	2 (1,3%)
Total	69 (100%)	290 (100%)	57 (100%)	86 (100%)	147 (22,6%)

Fonte: Dados do TSE (eleições 2016). Elaboração CNM.

Tabela 3 – Número de prefeitas no poder por etnia/raça e por Estado

UF	Preta	Parda	Branca	Amarela	Indígena	Total
GO	2	11	22			35
MS			7			7
MT		6	9			15
AL		4	17			21
BA		23	31			54
CE		8	19			27
MA	2	20	20			42
PB		15	22	1	1	39
PE	1	7	21			29
PI		12	10			22
RN		12	33			45
SE		4	7			11
AC		1	2			3
AM		1	4			5
AP	1		2			3
PA	1	8	12	1		22
RO		4	3			7
RR		3	1			4
TO		13	11	1		25
ES		1	3			4
MG	2	15	47	1		65
RJ			10			10
SP		2	65	1		68
PR		3	29			32
RS	1	1	29			31
SC			23			23

Fonte: Dados do TSE (eleições 2016). Elaboração CNM.

VEREADORAS NO PODER POR ETNIA/RAÇA

Em 2016, foi eleito para as Câmaras Municipais de todo o país um total de 57.419 vereadores. Desse total, 7.809 são mulheres, o que equivale a 13,6% do total. Esse percentual é um pouco mais elevado do que o de prefeitas, mas trata-se de um índice ainda demasiadamente baixo para a representativa feminina no Poder Legislativo local. Com o homicídio da vereadora Marielle Franco (RJ), o número total de vereadoras autodeclaradas como pretas diminuiu de 329 para 328, como pode ser visto na tabela a seguir.

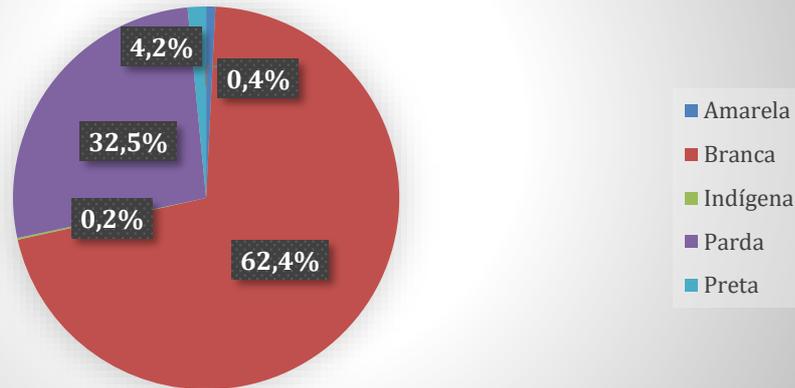
Dentre as vereadoras atualmente no poder, 36,7% são negras (32,5% autodeclaradas como pardas e 4,21% como pretas). As brancas representam 62,4%, as amarelas 0,4% e as indígenas 0,2%. Repara-se aqui que predomina uma maior diversidade entre as vereadoras do que entre as prefeitas. O percentual de mulheres negras como vereadoras é 8,4% maior em relação às prefeitas. As indígenas também se destacam um pouco mais como vereadoras do que como prefeitas. Atualmente existem 22 mulheres índias atuando em Câmaras Municipais pelo país.

Tabela 4 – Total e percentual de vereadoras no poder, por etnia/raça

<i>Etnia/Raça</i>	<i>% População (censo 2010)</i>	<i>Número Vereadoras</i>	<i>% do total de eleitos</i>
Amarela	1,1	38	0,07%
Branca	47,7	4.877	8,49%
Indígena	0,4	22	0,04%
Parda	43,1	2.543	4,43%
Preta	7,6	328	0,57%
Total	100	7.808	13,6%

Fontes: População (IBGE, 2010); Prefeitas eleitas (TSE, 2016). Elaboração CNM.

Vereadoras no poder segundo etnia/raça



Fonte: Dados do TSE (eleições 2016). Elaboração CNM.

VEREADORAS NO PODER POR ETNIA/RAÇA E REGIÃO/ESTADO DO PAÍS

A análise de etnia/raça de vereadoras por região acentua ainda mais as disparidades regionais em relação às prefeitas. O Norte possui uma forte presença de vereadoras negras, com 67,6% do total de eleitas nessa região (60,3% de pardas e 7,3% de pretas). O Nordeste vem em segundo, com 56% de vereadoras negras, seguido do Centro-Oeste (41,2%), do Sudeste (23,6%) e do Sul (4,3%).

No âmbito dos Estados, a Bahia também se destaca por ter o maior número e a maior proporção de vereadoras autodeclaradas como pretas (53) e pardas (322).

Tabela 5 – Número e percentual de vereadoras no poder por etnia/raça e por região

<i>Etnia/Raça</i>	<i>NORTE</i>	<i>NORDESTE</i>	<i>CENTRO OESTE</i>	<i>SUL</i>	<i>SUDESTE</i>
Amarela	8 (1,1%)	15 (0,5%)	4 (0,6%)	5 (0,2%)	6 (0,3%)
Branca	207 (30,6%)	1243 (43%)	352 (57,2%)	1589 (95,1)	1486 (75,8%)
Indígena	3 (0,4%)	8 (0,2%)	5 (0,8%)	3 (0,1)	3 (0,1%)

Parda	408 (60,3%)	1481 (51,2%)	225 (36,5%)	56 (3,3%)	373 (19%)
Preta	50 (7,3%)	141 (4,8%)	29 (4,7%)	17 (1%)	92 (4,6%)
Total	676 (100%)	2888 (100%)	615 (100%)	1670 (100%)	1960 (100%)

Tabela 6 – Número de vereadoras no poder por etnia/raça e por Estado

UF	Preta	Parda	Branca	Amarela	Indígena	Total
GO	14	134	165	2		315
MS	4	24	80		3	111
MT	11	67	107	2	2	189
AL	4	84	70	1		159
BA	53	322	171	2	3	551
CE	7	166	178	4		355
MA	24	238	148	2	1	413
PB	13	132	156	2	2	305
PE	8	115	140	2	1	266
PI	18	222	121	1		362
RN	11	118	217	1	1	348
SE	3	84	42			129
AC	2	22	6	1		31
AM	1	66	26		2	95
AP	3	19	9			31
PA	21	143	75	1		240
RO	4	26	26			56
RR	0	12	7		1	20
TO	19	120	58	6		203
ES	5	30	44			79
MG	42	262	610	4	2	920
RJ	12	13	81			106
SP	33	68	751	2	1	855
PR	8	34	430	5		477
RS	8	14	781		1	804
SC	1	8	378		2	389

CONCLUSÃO

Este estudo apresenta um detalhamento inédito da questão de gênero e de raça/etnia nos espaços de poder político local, podendo servir de subsídio para diversos outros tipos de análises sobre a participação das mulheres na política brasileira e sobre a questão racial no Brasil. Esses



dados podem também ser úteis como embasamento para o planejamento de ações afirmativas para a busca da equidade de gênero e raça na política.

Como bem colocou Lúcia Avelar (2001) há 17 anos, as cotas possuem um potencial de impacto imediato no processo de feminização das casas legislativas. Elas funcionam como mecanismos de discriminação positiva para combater o problema estrutural da baixa participação feminina e negra e corrigir a injustiça do monopólio da representação masculina e dos interesses desse grupo social. Entretanto, no Brasil, o debate público nesta área sempre enfatizou as cotas para mulheres e não para a população negra.

Mesmo com a criação das cotas para candidatas mulheres, a presença delas nos espaços de poder local, estadual e federal continua crescendo a passos demasiadamente lentos. Além disso, como vimos no presente mapeamento, a política local ainda é um espaço de pessoas brancas. Apenas no caso de vereadoras, vimos um quadro positivo nas regiões Norte e Nordeste, que chegam a ultrapassar 50% de mulheres negras eleitas para as Câmaras Municipais.

Além desse mapa, o Movimento de Mulheres Municipalistas está lançando também uma série de *banners* de conscientização sobre a baixa participação das mulheres na política municipal brasileira, pois em 2018 estamos comemorando 90 anos de participação feminina no poder local. Segundo os *banners* para redes sociais, o público pode ver claramente que as regiões Nordeste (16,2%) e Norte (15,3%) são os espaços brasileiros que mais geram participação de mulheres na vida política local como prefeitas. Em 2016, a região Sul, hoje com 7,2% de prefeitas, chegou a eleger menos da metade de prefeitas eleitas no Norte e Nordeste. No Sudeste, com 8,8%, a situação também é grave e muito longe da igualdade.

No legislativo local, como explicitado acima, a situação é parecida. No Brasil, há sete vereadores (homens) para uma vereadora (mulher). O percentual de mulheres eleitas para o cargo de vereadora praticamente se manteve entre as eleições de 2012 e de 2016, aumentando de 13,03% para 13,06% do total.

Esses estudos do MMM buscam mostrar para toda a população brasileira que ainda existem dificuldades profundas para a entrada das mulheres no mundo da política, principalmente para as negras, assim como ainda prevalece uma alta resistência do eleitorado em votar nelas, mesmo que tenham demonstrado, ao longo desses 90 anos, que se envolvem muito menos em corrupção e que realizam, em sua maioria, boas gestões locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

AVELAR, Lucia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora da UNESP, 2001.